

## Isto não é vida!

---

Começo a pensar seriamente que isto não é vida! Esta foi a expressão de desânimo de uma professora profissionalizada de Geografia ao saber que não fora colocada depois de sete anos de docência. Como ela, milhares de candidatos viram frustradas as expectativas de continuarem ou iniciarem a actividade como professores. Habitámo-nos, ao longo de anos, por esta altura, ao confronto com esta realidade com dimensões cada vez mais inquietantes e que, durante o resto do ano, fica mais ou menos silenciada. Persistem, no entanto, os efeitos de factores que a vão agravando. Nos últimos dois anos a rede escolar perdeu milhares de professores. Os efeitos demográficos e a orientação das políticas educativas agravarão, por si só, a empregabilidade docente. O discurso político da qualidade, da racionalização e da eficácia na educação não virá, certamente, ao encontro dos anseios dos candidatos a professores. Esperamos, pelo menos, que o impacto penalizador para os professores daquelas mudanças, seja compensado, na medida do possível, através de investimentos sistemáticos e regulares na formação contínua dos professores que permanecem no sistema.

Apesar deste cenário de desemprego na educação e noutros sectores, o número e a diversidade de diplomados estão longe das necessidades de um desenvolvimento normal para Portugal. Existe uma extrema debilidade da sociedade e do mercado de trabalho para integrar os que, em cada ano, vão concluindo as suas formações e, mais do que isso, para manter muitos dos que nele já tinham sido colocados. Tem faltado a definição de opções mais claras de desenvolvimento e para tal, das necessidades de formação. Por esta e outras razões, algumas internas às instituições de formação, permanece um grave desajustamento na relação entre a quantidade, a qualidade e a diversidade das formações e o desenvolvimento desejado. Na docência, face aos referidos constrangimentos, tem sido claramente excessivo o número de diplomados. E muitos dos que procuram lugares na docência, mesmo profissionalizados, fazem-no porque o mercado de emprego noutros domínios não tem dimensão para os integrar. Esta realidade apela a ajustamentos pelo lado da formação. As mudanças propostas pela Declaração de Bolonha incluem desafios nesse sentido, nomeadamente formações flexíveis e profissionalizantes. Embora concebido nesse contexto, o Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência define uma estrutura para a formação inicial de professores do ensino básico, em dois ciclos, que pouco correspondem a esses ? necessários ? desafios. O 1º ciclo ? licenciatura ? tem finalidades e utilidade pouco definidas. Seria desejável que este constituísse o fim de uma etapa formativa que dotasse o diplomado com competências para trabalhar em áreas específicas de intervenção social. Ou, se assim o desejasse, continuar, em seguida ou mais tarde, no 2º ciclo/mestrado, a sua formação numa área de um conjunto de opções em que também se incluiria a docência. Sem profundas alterações da matriz de formação apresentada no referido diploma, e através de opções para aprofundamentos em áreas específicas, seria possível realizar, durante a licenciatura, formações profissionalizantes. Alargar-se-iam as opções dos diplomados no mercado de trabalho e sustentar-se-iam concepções de profissionalidade docente mais adequadas às realidades da sociedade em que vivemos. Aquela é mutável e desenvolve-se durante a carreira sendo feita de reconfigurações de competências em função dos tempos e contextos. O que hoje é esperado de um professor não é, seguramente, o mesmo que há 20, 10 ou mesmo 5 anos. A ideia dominante do professor enquanto prático reflexivo tende a centrar-se no espaço estrito da docência e obscurecer o contexto real a montante e a jusante desse espaço. O conhecimento, a compreensão e, eventualmente, a intervenção em áreas do domínio alargado em que se insere a docência constitui, certamente, uma mais valia para a construção de uma profissionalidade mais dinâmica e abrangente da realidade social.